

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ALUMBRAR NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA PARAÍBA: IMPLICAÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR.

Mestranda: Aline Dionízio Leal (PPGed/UFCG)
Orientador: Antônio Lisboa Souza (PPGed/UFCG)

Introdução:

O presente texto é proveniente da pesquisa de mestrado em andamento, que busca analisar a parceria público-privado entre a Fundação Roberto Marinho- FMR e o Governo do Estado da Paraíba, denominada de projeto Alumbrar. O projeto “está presente nas 14 regionais de ensino e conta com a participação de 7.604 estudantes” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2016) e foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, por meio da Resolução nº 167/2014.

A iniciativa começou em 2014, atende alunos de 13 a 17 anos matriculados no 6º ou 7º ano ensino fundamental, que possuam distorção idade/ano de pelo menos dois anos. Contemplou no primeiro ano de realização, a entrada de cerca de 4.500 estudantes (PARAÍBA, 2015). E, Segundo as Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba dos anos de 2015/2016/2017 e continua até os dias atuais.

A parceria público-privada em questão – Projeto Alumbrar – foi escolhida como objeto de pesquisa por configurar-se como um exemplo das estratégias utilizadas pelas reformas neoliberais que estão sendo implantadas desde 1990 na rede pública de ensino. É um exemplo da inserção de organizações, fundações e institutos empresariais no cenário educacional, que provocam mudanças na estrutura administrativa do Estado transfere “para a esfera privada a função de elaboração e operacionalização de política pública até então exercida pela esfera pública estatal” (ADRIÃO, 2009, p.802), e que nesse processo contribuem para a redefinição da fronteira entre o público e o privado, bem como, o papel do Estado.

Partindo do objeto devidamente delimitado, a pesquisa pretende estruturar-se a partir de alguns questionamentos surgidos nos estudos desenvolvidos, são eles: Em que medida a adoção da parceria público-privada expressa no projeto Alumbrar tem interferido na re-definição da política educacional do Estado da Paraíba? Que implicações o projeto Alumbrar trás para a organização e gestão das escolas públicas? E, de que forma a parceria público-privada definida no âmbito do projeto Alumbrar tem interferido no processo da gestão democrática escolar?

Que por sua vez estão materializados em objetivos específicos, que formam o caminho a ser trilhado pela pesquisa. Assim, pretendemos contextualizar o papel das Parcerias público-privado (PPPs) na efetivação das Reformas Neoliberais em curso, analisando a regulamentação das PPPs no âmbito do Governo Estadual da Paraíba. Ainda, como a educação é afetada por essas parcerias, qual a função que deve exercer segundo essas diretrizes, a fim de estabelecer fundamentos que nos ajudem a analisar criticamente como se realiza o Projeto Alumbrar e suas implicações para a escola especificamente como a gestão democrática escolar é afetada pela parceria público-privado materializada no projeto Alumbrar. Propósitos que corroboram com o objetivo maior que é estudar as implicações do projeto Alumbrar na organização e gestão escolar no Estado da Paraíba.

Metodologia:

As inquietações que inicialmente moveram o desenho da presente pesquisa são originárias de outros estudos realizados ainda na graduação em pedagogia, que não cessaram, ao contrário, suscitaram novas indagações. Estas, por sua vez, estão tornado-se mais claras e precisas no decorrer das disciplinas e estudos na pós-graduação. Até então pesquisa encontra-se em estágio inicial de leituras e discussões acerca das delimitações que deverão compor o objeto. Porém, algumas estratégias já foram estruturadas.

Compartilhando da perspectiva teórico-metodológica marxista que compreende “o ser humano como transformador e criador dos seus contextos (GHEDIN, 2011.p.118)”, a pesquisa pretende buscar “reunir as condições teóricas para propor uma transformação da realidade” (WACHOWICZ 2001.p. 05), o estudo pretende se estruturar a partir de teóricos importantes (Karl Marx, Antônio Gramsci, Florestan Fernandes, Gaudêncio Frigotto, Thereza Adrião, Vera Maria Vidal Peroni e outros) que analisam os desdobramentos do neoliberalismo, as parcerias público-privado, o papel do Estado e suas funções que nos ajudarão a elucidar um caminho na contramão das reformas neoliberais em curso.

Adotamos então como instrumento para levantamento de dados a análise documental de fontes primárias sobre a parceria público-privada em questão, o Projeto "Alumbrar". Esta escolha se justifica porque a pesquisa documental permite a exploração de “leis e regulamentos, normas, pareceres, carta e memorandos diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos

escolares” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986. p.38). E, a entrevista semi estruturada, isto porque entendemos que este é um instrumento flexível, que permitirá uma melhor “adequação da questão frente às colocações do outro [e] aprofundamento nas questões que forem julgadas mais pertinentes” (MALHEIROS, 2011, p. 200).

Considerações finais:

Para analisar as parcerias público-privada desenvolvidas no âmbito nacional, especificamente o Projeto Alumbrar, partimos da premissa que o capitalismo vive uma ampla crise estrutural que provoca o acirramento dos mecanismos de exploração, alienação, privatização e flexibilização, que perpassam todos os âmbitos da sociedade, provocando mudanças na configuração do Estado, e neste sentido o campo educacional é sinalizado como ambiente fecundo para o capital (FRIGOTTO, 2003).

Nesta perspectiva presenciamos a abertura de um mercado disputado pela iniciativa privada por meio de organizações, institutos e fundações sem fins lucrativos que buscam prestar ao Estado serviços de assessoria, articulação e definição das políticas educacionais que norteiam as secretarias de educação e conseqüentemente as escolas da rede pública de ensino além de um esmaecimento do que é o direito à educação como bem público (OLIVEIRA, 2015).

Precisamos estar atentos às ações realizadas por essas parcerias que na maioria das vezes são disfarçadas pela sutileza dos discursos que imprimem na sociedade uma sensação de ineficiência do Estado.

Referências:

ADRIAO, Theresa et al . Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000300009>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. Resolução n. 167/2014, 10 de Jul. 2014. Disponível em:
<<http://cee.pb.gov.br/portal/downloads/resolucoes/re2014/Re167-2014.pdf>> Acesso em: 02 out. 2016

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 82, p.

93-130, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Educação para transformar. Disponível em: <<http://www.frm.org.br/>>. Acesso em: 05 set. 2016

GHENDIN, Evandro. A reflexão como fundamento do processo investigativo. In.: Questões de método na construção as pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2011. Ed. 2. p. 103 – 126.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. de. Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALHEIROS, Bruno. Metodologia da Pesquisa em educação. Rio de janeiro: LTC, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova Gestão Publica e Governos Democrático-Populares: Contradições entre a busca pela eficiência e a ampliação do direito a educação. Educ. Soc., Campinas, v.36, n. 132, p.625-646, jun.-set., 2015 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000300625&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2017

PARAIBA. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino. PB, 2015. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/12/Diretrizes-Operacionais-SEE-PB-2015.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2016

_____. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino. PB, 2016. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2015/12/Diretrizes-Operacionais-2016-2.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016

_____. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino. PB, 2017. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/downloads/Diretrizes_Operacionais_2017.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, Out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0730108>> Acesso em: 20 out. 2016.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa Social Contribuições do método materialista histórico-dialético. In.: CHUNHA, Ceilo da; Sousa, Jose Vierira de; SILVA, Maria abadia da.(Orgs.). O método dialético na pesquisa em educação. São Paulo: Autores Associados, 2014. p. 131-152.

WACHOWICZ. Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. Revista Diálogo Educacional, v.2, n.3, p. 171-181 – Jan./jun.2011.